

Título: Nepotismo, amiguismo e clientelismo

Autor: <Óscar Afonso> (<oafonso@fep.up.pt>)

Data de envio: 9/04/2019

Sobre a teia de relações familiares que caracteriza o governo português já praticamente tudo foi dito, sendo que, excluindo os próprios, a rede de relações dos próprios e os que entendem o partido como um clube acima de tudo, todos os restantes portugueses acham a “coisa” desprezível. Na crónica do passado dia 16 de fevereiro, quando ainda não se falava sobre a teia de relações familiares no governo, escrevi sobre o tema “A Cunha, uma realidade portuguesa ainda no séc. XXI”. Quando o fiz pensava também nessa teia e num facto que tem escapado à discussão, mas que deixo à consideração dos jornalistas: investiguem quem são os assessores dos deputados e, em particular, dos deputados europeus.

Dizia então que uma questão pertinente e muito atual continua a ser a discussão em torno do tema Meritocracia *versus* “Cunha”, representativa do nepotismo, do amiguismo, do clientelismo e de outros sinónimos, todos eles indicativos do quanto é, ou pode ser, fácil para determinadas “elites” obter empregos (e promoções) ambicionados pela maioria da população. Essas “elites”, desenvolvidas no interior de *lobbies* partidários ou de outros grupos de interesse organizados, entendem que deve ser assim por questões meramente consuetudinárias e, como tal, é um direito que lhes assiste, sabe-se lá porquê, com que racionalidade e lógica implícita – entendem-se os donos disto tudo e, de facto, são-no.

A constituição do governo português é a prova provada que, em Portugal, está institucionalizado que não é o mérito que determina a afetação de empregos e as promoções, mas sim a “Cunha” ou, vulgarmente conhecida por fator “C”. E, enquanto for assim, há apenas um protótipo de democracia, pois a “Cunha” direciona/condiciona o voto. De facto, dificilmente se consegue um emprego, a sua manutenção ou uma promoção por mérito próprio, sendo, no entanto, tal situação facilitada quando se tem amigos ou familiares bem posicionados ou se pertence a um grupo privilegiado.

Qual é a taxa de desemprego de membros, familiares e amigos do partido que nos governa? Imagino que seja nula e que os “empregos” sejam apetecíveis a qualquer cidadão com mérito. É avassalador verificar como os mesmos nomes de família aparecem repetidamente nos cargos públicos, nas administrações e na liderança de grandes empresas. Usualmente carreiristas de apropriadas juventudes partidárias, acabam membros de governos, administradores de algumas das grandes empresas portuguesas e que fazem vida a gravitar entre cargos políticos e o sector privado. Aliás, é do conhecimento público a existência de colaboradores que quase não contribuem em termos de trabalho – muitos seriam mais rentáveis fora do sistema – e, no entanto, são muito bem pagos. Poder-se-á falar de uma forma de remuneração feita à medida dos poderes familiares ou políticos vigentes, havendo necessariamente uma delapidação injusta dos rendimentos que penaliza o resto da sociedade. A certa altura foi constituída a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP), mas que só é tida em conta quando o resultado corresponde ao desejado. É legítimo pensar que serviu apenas para criar mais empregos para *relatives, boys e girls*.

Como se verificou, a crise provocou desemprego, congelou carreiras, e fez com que jovens formados e altamente qualificados, não tendo oportunidades em Portugal, tenham sido (e continuam a ser) obrigados a emigrar. Rumam racionalmente para países cujas sociedades são bem mais meritocráticas. Efetivamente, com a multiplicação sem precedentes de licenciaturas e mestrados, a frustração é enorme quando se constata que a meritocracia como método de seleção de recursos humanos é, quando muito, muito incipiente.

As práticas de gestão meritocráticas são fundamentais para o desenvolvimento económico em qualquer país, mas, em Portugal, chocam com traços atávicos de mentalidade. Existem estruturas mentais retrógradas muito enraizadas, que lideram organizações públicas e empresas âncora para o crescimento económico. Assiste-se a um desenrolar de enredos mesquinhos do amiguismo e compadrios, e até a manipulações e vinganças que, numa altura de plena globalização, compromete a tão necessária *Compliance* com as boas práticas e, por arrastamento, o desenvolvimento económico.